

Pamela Peres Cabreira (Organização)

História do Movimento Operário e Conflitos Sociais em Portugal

Congresso História do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal



ih INSTITUTO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

MONOGRAFIA ENTREVISTAS ATAS
ANTOLOGIA SEMINÁRIOS
DOCUMENTOS RELATÓRIOS
TEXTOS SELECIONADOS FONTES

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E CONFLITOS SOCIAIS EM PORTUGAL:

Atas do IV Congresso História do Trabalho, do
Movimento Operário e dos Conflitos Sociais em
Portugal e III Conferência do Observatório para
as Condições de Trabalho e Vida

Pamela Peres Cabreira (Edição e Organização) &
Raquel Varela (Coordenação)

Título: História do Movimento Operário e Conflitos Sociais em Portugal: Congresso História do Trabalho, do Movimento Operário

Autores/as: Alexandra de Carvalho Antunes / Ana Alcântara / Ana Aleixo / Ana Barradas / Ana Campos / António Martins Gomes / António Martins Gomes / Antonio Muñoz Sánchez / António Pedro Dores / Antonio Thomaz Junior / Armando Quintas / Astrid Beacker Avila/ Cristina Gomes Baltazar / Denise De Sordi / Diego Pessoa Irineu França / Dora Fonseca / Duarte Rolo / Elísio Estanque / Hermes Augusto Costa / Ivan Ducatti / Jakykelly Renata França de Oliveira / Jamile Silva Silveira / João Pedro Reis / João Santana da Silva / Jonatas Roque Ribeiro / Jorge Filipe Figueiredo Fontes / Jorge Janeiro/ José Marques Guimarães / Juliana Nunes Pereira / Juliana Nunes Pereira / Laiany Lara Emiliano / Lucas Pacheco Campos / Luísa Freitas Rael da Rosa / Maria Clara de Almeida Leal / Maria de Fátima Ferreira Queiróz / Miguel Ángel Pérez Suárez / Moema Amélia Serpa Lopes de Souza / Nívea Maria Santos Souto Maior / Nuno Pinheiro / Nuno Simões Ferreira / Pamela Peres Cabreira / Patrícia Laura Torriglia / Paulina Araújo / Paulo Fernandes / Paulo Marques Alves / Pietro Basso / Raquel Varela / Sheyla Suely de Souza Silva / Sílvia Rodrigues Jardim / Susana Santos / Terezinha Martins dos Santos Souza / Thiago Pereira Barros / Vera Napomuceno / Vidalcir Ortigara / Virgínia Baptista

Revisão de texto: Cátia Teixeira

Assistente editorial: Pamela Peres Cabreira

Design gráfico original: Ricardo Naito

Imagem de capa: Arq. CD25A - UC. Col. Inst. Tecnologia Educativa

Organização e Paginação: Pamela Peres Cabreira

Coordenação de edição: Raquel Varela

© Instituto de História Contemporânea, 2020

Instituto de História Contemporânea

<https://ihc.fcsh.unl.pt/>

Av. de Berna, 26 C

1069-061 Lisboa

ISBN: 978-989-8956-20-0

DOI: <https://doi.org/10.34619/hjtn-wc04>

Edição: Outubro de 2020



Esta é uma obra em Acesso Aberto, disponibilizada online e licenciada segundo uma licença Creative Commons de Atribuição Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Internacional (CC-BY-NC-ND 4.0).

Financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto: UID/HIS/04209/2019, UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.



CAPÍTULO 1

ASSOCIAÇÕES DE CLASSE E OPERARIADO NA LISBOA DO FINAL DO SÉCULO XIX

Ana Alcântara¹

¹ Professora Adjunta Convidada da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (ESE-IPS); Investigadora do Instituto de História Contemporânea (NOVA FCSH).
Email: anaralcantara@gmail.com

INTRODUÇÃO

No final do século XIX, Lisboa viveu uma época de mutações económicas, sociais e políticas, impulsionadas parcialmente pelo desenvolvimento industrial e urbano, que sustentaram um momento de transição fundamental para a formação da classe operária lisboeta. A alteração dos ritmos de vida e experiências quotidianas vivenciadas por aqueles que afluíram à cidade vindos do mundo rural estimulou o surgimento de uma consciência de classe por parte do operariado urbano.

Com a crescente proletarização e concentração das «classes laboriosas» em Lisboa surgem associações de cariz operário — inicialmente as mutualistas e posteriormente, com a legalização das Associações de Classe em 1891, as ligadas ao trabalho. Das diferentes formas institucionais de solidariedade e organização laboral levadas a cabo por trabalhadores industriais e manufatureiros lisboetas no final do século XIX ressalta o aumento do número de Associações de Classe. O que mostra uma crescente organização destes trabalhadores, negando ideias pré-concebidas de pouca prática associativa, nomeadamente profissional, em Portugal. De facto, a década de 1890-1900 foi não só o momento da publicação das primeiras normas legislativas de cariz laboral² e da legalização do associativismo de classe — sendo que o Estado obrigava ao registro e aprovação dos respetivos estatutos no Governo Civil de Lisboa³ —, mas também, aquele em que o crescimento demográfico da capital foi feito, em grande medida, à custa de novos lisboetas com atividade profissional ligada à indústria ou manufatura.⁴ Assim, pode-se afirmar que a população que dependia do setor

² Pelos decretos de 10 de fevereiro e 7 de agosto de 1890 foi regulado o trabalho dos aprendizes. Pelos decretos-lei de 14 de abril de 1891 e de 16 de março de 1893 foi regulamentado o trabalho de menores e das mulheres nos estabelecimentos industriais portugueses.

³ Pelo decreto-lei de 9 de maio de 1891.

⁴ O Recenseamento de 1890 indica que 37% dos habitantes da cidade tinham uma atividade profissional relacionada com a indústria ou manufatura — percentagem calculada a partir dos valores apresentados no quadro III (Direcção da Estatística Geral e Commercio, *Censo da população do Reino de Portugal a 1 de Dezembro de 1890*, Vol. III, D.E.G.C., Lisboa, pp. 22-23).

secundário passou a ter uma relevância social e política nunca alcançada anteriormente.

Neste artigo analisa-se a intervenção social e política do operariado lisboeta através do estudo das suas Associações de Classe, registadas entre 1891 e 1900, nomeadamente através dos propósitos estatutários que as caracterizam e da análise da implantação territorial das suas sedes na cidade. Num segundo plano observa-se a participação operária e das suas Associações de Classe na celebração anual do dia 1.º de Maio e nas greves. A análise da localização destes momentos reivindicativos procura dar pistas para a compreensão da relação entre o operariado e o espaço da cidade durante a última década do século XIX.

1. «O PASSADO NÃO PODE EXISTIR NO TEMPO: SOMENTO NO ESPAÇO.»⁵

A ideia do território como elemento indispensável ao entendimento das relações sociais e humanas e a conceção de que toda ação humana pressupõe uma localização num determinado espaço-tempo, que se materializa num «lugar» da História⁶, levaram a variável espacial, o «onde», a assumir um papel fundamental na análise do objeto desta investigação. Mais do que nos atores individuais ou nos processos, analisam-se os espaços usados pelo movimento operário ao longo da última década de Oitocentos, particularmente para a instalação das sedes das Associações de Classe fundadas por iniciativa operária e a localização de reivindicações em espaço público, como os cortejos e comícios do 1.º de Maio e as greves. Deste modo, a identificação de padrões de espacialidade é encarada como expressão visível da mobilização e tomada de consciência coletiva e permite intuir e analisar formas e propósitos de ocupação e reivindicação dos espaços públicos pelo operariado lisboeta deste período.

⁵ Philip J. Ethington, “Placing the past: ‘Groundwork’ for a Spatial Theory of History”, *Rethinking History*, vol. 11, nº 4, Routledge, (2007): 465.

⁶ H. Lefebvre, *The Production of Space* (Maiden: Blackwell Publishing, 2007).

2. «O MUNDO NÃO FOI FEITO SÓ PR'ÓS RICOS!»⁷

A Lisboa industrial e operária da última década do século XIX enformava realidades urbanas e sociais múltiplas e complexas, que tanto albergavam o/a artesão/ã instruído/a, o/a operário/a especializado/a como o/a trabalhador/a indiferenciado/a. Coexistiam condições, espaços e relações sociais diversas que, lentamente, produziram novas sociabilidades e com elas novos «sistemas de valores, ideias e formas institucionais»⁸ de organização operária. O centro tradicional e comercial da cidade tinha forte presença industrial, com grande densidade de mão-de-obra operária e rodeado de núcleos de habitação das «classes laboriosas». Essa adjacência entre locais de trabalho e de moradia operária potenciava a construção de uma identidade operária num ambiente socialmente heterogéneo, desenrolando-se o quotidiano e os percursos diários dos/as trabalhadores/as fabris e oficinais em permanente contacto com outras realidades sociais lisboetas. Nas periferias, a ocidente e a oriente do centro, acontecia a ascensão de uma «nova cidade» de cariz mais proletário, onde a identidade operária se desenvolveu num ambiente mais homogéneo. Áreas de maior especialização e inovação tecnológica na produção industrial, onde se situam as grandes fábricas com grandes concentrações de operários que habitam nos mesmos sítios. Esta justaposição territorial entre espaços laborais e residenciais originou uma maior homogeneidade social de comunidades operárias mais isoladas⁹. No entanto, a irregularidade do trabalho era uma faceta comum à condição operária lisboeta de final do século XIX. Esta insegurança era tão mais gravosa porque «o operário

⁷ *O Echo Metalúrgico*, 01/05/1896, p.1.

⁸ E. P. Thompson, *The making of the English working class* (New York, Vintage Books, 1966 - tradução livre), 10.

⁹ Ana Alcântara, *Espaços da Lisboa Operária. Trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX* (Tese de Doutoramento em História na especialidade de História Contemporânea, Lisboa, FCSH - Universidade Nova de Lisboa, 2019).

[...] em não trabalhando não ganha[va] e, por conseguinte, não com[ia]»¹⁰, fazendo «augmentar o desespero dos famintos»¹¹.

As alterações dos ritmos de vida e das formas de trabalho fabril e oficial, impulsionadas pelo desenvolvimento industrial e urbano e a falta de apoios sociais por parte do Estado e/ou dos empregadores, conduziram a que, «como resultado das suas experiências comuns, [o operariado passa a] sentir e articular a identificação dos seus interesses»¹², enformando um momento de transição fundamental para a formação da classe operária. «O grande ajuste de contas desencadeia-se nesse último decénio do século XIX [com a] própria organização do operariado, fortalecendo-se»¹³ e organizando-se em Associações de Classe, Mutualistas, Cooperativas e Sociedades recreativas, culturais e/ou desportivas.

Até à publicação, a 9 de maio de 1891, do decreto que legalizou o associativismo laboral, as associações operárias tinham que, a nível estatutário, situar os seus propósitos na criação de uma caixa económica, de uma cooperativa de produção ou de consumo¹⁴, limitando os seus objetivos às áreas do mutualismo¹⁵ e da beneficência. Na última década do século, a conjuntura muda e a legalização das Associações de Classe – que podiam ser de operários, empregados, patrões ou mistas da área industrial, comercial ou agrícola – regulamenta a sua existência legal e atuação. Conduzindo a que as suas formas de intervenção política no espaço público, especialmente nos momentos de demonstração reivindicativa – como as primeiras comemorações do 1.º de Maio ou as greves – se tornassem «estratégias de comunicação da [sua] legitimidade [...] baseadas na encenação do número, da unidade, do valor social e do

¹⁰ *O Defensor do Trabalho*, 17/7/1865, p.2.

¹¹ *A Obra*, 19/07/1891, p.3.

¹² E. P. Thompson, *The making of the English working class* (New York, Vintage Books, 1966 - tradução livre), 9.

¹³ José Tengarrinha, “Movimento grevista e sociedade em movimento: uma perspectiva histórica até 1920”, *Estudos de História contemporânea de Portugal* (Editorial Caminho, Lisboa, 1983), 70.

¹⁴ As sociedades cooperativas foram juridicamente enquadradas pela lei de 2 de julho de 1867.

¹⁵ A regulamentação administrativa das associações de socorros mútuos só foi, no entanto, promulgada a 28 de fevereiro de 1891.

empenho dos que participavam»¹⁶. Era nestes momentos que o «exército operário»¹⁷ demonstrava a sua capacidade de organização e de ocupação do espaço público. Ao reivindicar a jornada de 8 horas de trabalho, melhores salários e condições laborais ou apresentando exigências e reclamações específicas relativas a um determinado estabelecimento industrial ou patrão, assumiam a sua visibilidade como grupo social.

3. «APLICAR AO MESMO TEMPO O PRINCÍPIO DE ASSOCIAÇÃO NA ESFERA DE CADA INDÚSTRIA, IR A POUCO E POUCO SUBSTITUINDO A SOLIDARIEDADE À DIVISÃO, O GÉNIO COLETIVO À FRAQUEZA INDIVIDUAL»¹⁸

A obrigatoriedade de registo e da aprovação a que estavam sujeitos, a partir da publicação do decreto-lei de 9 de maio de 1891, os estatutos das associações e coletividades, operárias ou não, assim como o assentamento dos autos de inspeção ou vigilância a que as instituições associativas poderiam estar sujeitas pelas autoridades levou a que, no Governo Civil de Lisboa, se agregasse informação – estatutária e outra – nos fundos *Cadastro de Associações Socioprofissionais e Mútuas e Estatutos das Associações de Classe e Recreativas* do Arquivo do Governo Civil de Lisboa¹⁹ e no *Fundo das Associações de Classe*²⁰ do antigo Ministério das Corporações – que os integrou aquando da inquirição relativa às associações laborais levada a cabo, em 1939, pela Secção da Organização Corporativa do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. Foi a partir desta base documental que se procedeu à recolha de informação relativa a Associações de Classe de iniciativa operária com atividade entre 1890 e 1900.

¹⁶ Diego Palácios Cerezales, *Portugal à coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX* (Lisboa, Tinta da China, 2011), 188.

¹⁷ *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896, p.1.

¹⁸ *Ecco dos Operários*, 28/04/1850, p.4.

¹⁹ Atualmente depositado, e em fase de tratamento documental, no Arquivo Nacional Torre do Tombo.

²⁰ Atualmente depositado no Arquivo do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (ARQUESOC) e acessível no site <http://arquesoc.gep.msess.gov.pt>.

As Associações de Classe – agremiações de trabalhadores/as afetos/as a um mesmo ofício, profissão ou artes correlativas – tinham como principais fins «o estudo e a defesa dos interesses económicos e sociais dos seus associados»²¹ e da «respetiva indústria em todas as suas ramificações»²², assim como, «discutir todas as questões [...] que impliquem com os interesses da classe. [E] representar nos poderes do estado quando a classe se achar lesada nos seus interesses»²³. Alguns artigos estatutários, como o número 5.º dos estatutos da *Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos* – que pretendia «promover por qualquer meio a elevação ou conservação dos salários, de modo que correspondam às necessidades dos seus associados» –, eram muito explícitos na afirmação de que a ação primordial da associação era «o bom desenvolvimento moral e material da classe»²⁴.

Para além dos propósitos essenciais, de cariz laboral, os estatutos das Associações de Classe consultados revelam ainda o intento generalizado «de contribuir para ilustração»²⁵ e instrução de sócios/as e famílias, e até para «o desenvolvimento da classe operária em geral»²⁶, através da criação, «em harmonia com a força dos seus fundos»²⁷, de bibliotecas e gabinetes de leitura, da implementação de aulas, tanto de ensino primário como profissional, e/ou da promoção de palestras e conferências, revelando a vontade de intervir no domínio da educação formal e da formação cultural. Outro dos intentos de muitas das Associações de Classe era o de «socorrer os seus associados, quando as

²¹ *Estatutos da Associação de Classe dos Operários Tintureiros, Estampadores e Artes Correlativas*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

²² *Estatutos da Associação de Classe dos Operários de Tecidos de Seda*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

²³ *Estatutos da Associação de Classe dos Correeiros de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

²⁴ *Estatutos da Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

²⁵ *Estatutos da Associação de Classe dos Operários Corticeiros*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

²⁶ *Estatutos da Associação de Classe dos Tanoeiros de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

²⁷ *Estatutos da Associação de Classe das Costureiras de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

forças do cofre o permitam»²⁸, em caso de doença, morte – com o pagamento do funeral – ou «prestar subsidio na falta de trabalho»²⁹. Legalmente, no entanto, esta conjugação da função sindical com o socorro mútuo dos associados teria de se processar através da criação de montepios ou cofres de auxílio, que teriam de «constituir-se como agremiações independentes como determina o n.º 5 do artigo 4.º do decreto de 9 de maio de 1891»³⁰ como o fez a *Associação de Classe dos Latoeiros de Folha Branca*, com a criação da «sua associação de socorros mútuos, fundada em 1862, onde [eram] admitidos apenas latoeiros de folha branca»³¹. Com a diversidade de atividades e propósitos secundários, as Associações de Classe pretendiam a agregação e a identificação dos/as trabalhadores/as em função da sua profissão – numa lógica corporativa e, portanto, acentuando o sentimento de pertença a uma profissão ou «arte».

A lógica de organização corporativa decorria da própria lei, que estipulava que as Associações de Classe eram «sociedades compostas por mais de vinte indivíduos que exerce[ssem] a mesma profissão ou profissões correlativas»³². Ou seja, a legislação exigia que tivessem assento em cada agremiação somente trabalhadores/as como mesmo ofício. Fazendo com que, por exemplo, as costureiras «de vestidos, ou de alfaiate, ou de chapéus»³³ se organizassem na *Associação de Classe das Costureiras de Lisboa* e as «costureiras de modista, de roupa branca, de luvas, de gravatas, e machinismos de calçado»³⁴ na *Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras*. Do mesmo modo, no setor

²⁸ *Estatutos da Associação de Classe dos Operários de Tecidos de Seda*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

²⁹ *Estatutos da Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

³⁰ *Estatutos da Associação de Classe dos Curtidores de Sola e Cabedais e Artes Correlativas*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

³¹ J. de Oliveira Simões, “Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado”, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 49, Lisboa, IN, (1910): 42.

³² Decreto-lei de 9 de maio de 1891.

³³ *Estatutos da Associação de Classe das Costureiras de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

³⁴ *Estatutos da Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

metalúrgico foram referenciadas dez Associações de Classe diferentes – dos caldeiros em ferro e cobre, dos ferradores, dos ferreiros, dos forjadores, dos latoeiros de folha branca, dos pregueiros mecânicos, dos serralheiros, dos tanoeiros, dos torneiros mecânicos e dos torneiros de metal e canalizadores de gás e água³⁵. A forte compartimentação profissional destes exemplos revela a fragmentação laboral que a legislação pretendia manter na atuação do associativismo operário. O propósito legislativo era que, na sua ação, as Associações de Classe «se ocupa[ssem] exclusivamente dos seus interesses profissionais, mantendo-se à margem da política, [...] [e assim se tornassem] elementos de ordem e de progresso»³⁶.

No entanto e apesar de a legislação proibir agrupamentos federais e nacionais, existiram neste período instituições que procuraram «superar as barreiras do corporativismo»³⁷ através da organização laboral operária de base regional, como a *Federação das Associações de Classe de Lisboa*, fundada em 1892³⁸, ou de união supra-profissional, como a *Confederação Metalúrgica*³⁹.

A implantação urbana dos locais de associação de iniciativa operária permite estudar a densidade associativa⁴⁰ dentro do tecido urbano da cidade de Lisboa, representada na figura 1. Analisando as áreas com maior concentração de sedes de associações de iniciativa

³⁵ *Estatutos da Associação de classe dos operários ferradores de Lisboa*, Arquivo do Governo Civil de Lisboa, Fundo dos Estatutos das Associações de Classe e Recreativas; *Estatutos da Associação de Classe dos Pregueiros Mecânicos, Ajudantes e Anexos*; *Estatutos da Associação de Classe dos Tanoeiros de Lisboa*; *Estatutos da Associação de Classe dos Torneiros de Metal e Canalizadores de Gás e Água e Artes Anexas*; *Estatutos da Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC); *Estatutos da Associação dos Ferreiros e Artes Correlativas*, Lisboa, Typographia de G. A. Gutierrez da Silva, 1884; Caldeira, Pires (coord.), *Anuário comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*, Lisboa, 1893; Caldeira, 1898.

³⁶ Decreto-lei de 9 de maio de 1891.

³⁷ Maria Filomena Mónica, “Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934)”, *Análise Social*, n.º 74, Lisboa, ICS, (1982): 1231.

³⁸ *Estatutos da Federação das Associações de Classe de Lisboa*, Lisboa, Instituto Geral das Artes Gráficas, 1897.

³⁹ Caldeira, 1893.

⁴⁰ Para cartografar a densidade associativa optou-se por calcular a intensidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo que cada ponto corresponde a cada uma das associações de iniciativa operária existentes em Lisboa entre 1890 e 1900. Assim, na figura 1, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam um maior número de associações operárias.

operária – representadas pelas manchas mais escuras na figura 1 – constata-se a importância da zona central da cidade como aglutinadora, neste caso, da vida associativa operária lisboeta.

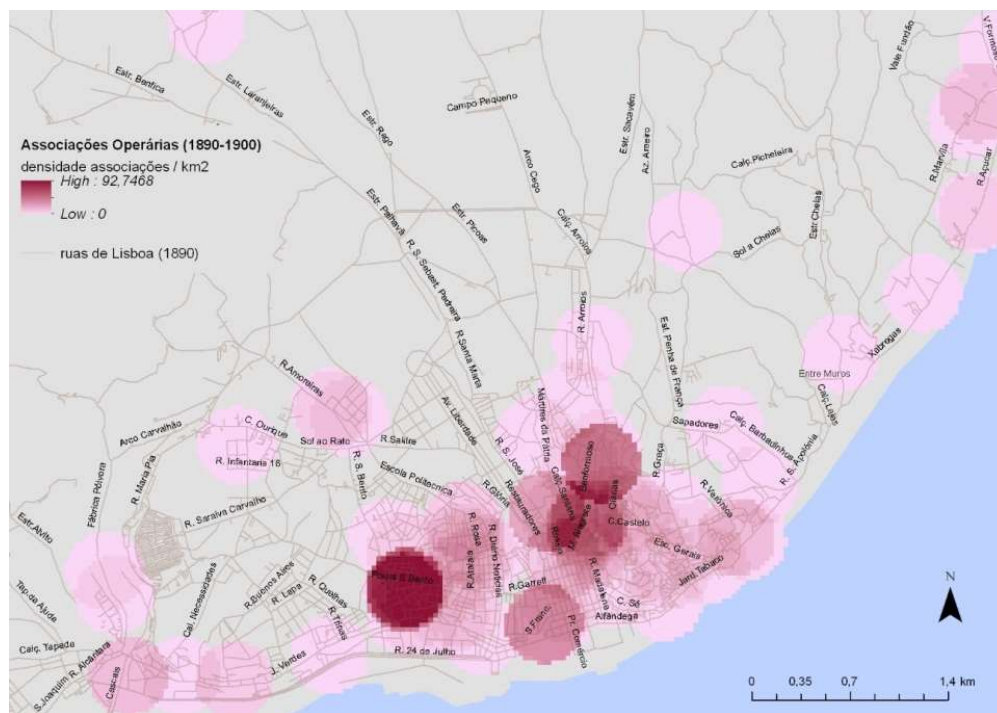


Figura 1. Densidade de sedes de associações de iniciativa operária identificadas entre 1890 e 1900 (Alcântara, 2019)

A concentração associativa era bastante significativa em determinados espaços. Como a calçada de S. Francisco, junto ao Chiado – «coração» comercial e simbólico da Lisboa burguesa –, onde o prédio número 15 albergava as Associações de Classe dos correios, dos latoeiros de folha branca, dos oleiros, dos pedreiros, dos estucadores e dos serventes de construção civil. O eixo entre o Rossio e a avenida Dona Amélia (atual avenida Almirante Reis) comportava um grande dinamismo associativo, com sete Associações de Classe – as, já citadas, das costureiras, das ajuntadeiras, dos operários tintureiros, estampadores

e artes correlativas, assim com a dos operários sapateiros⁴¹, a dos maleiros e caixoteiros⁴², a dos operários da Companhia das Águas de Lisboa⁴³ e a dos operários fabricantes de moeda, selos e anexos⁴⁴ – a partilharem o espaço, do número 50 da rua do Benfornoso, com a *Federação das Associações de Classe*⁴⁵. E, na mesma rua mas na porta número 43, era a sede da *Associação de Classe dos Operários Ferradores de Lisboa*. Um pouco mais abaixo, junto ao Rossio, na rua do Arco do Marquês do Alegrete estava a *Associação de Classe dos Torneiros de Metal e Canalizadores de Gás e Água* que partilhava o espaço com três mútuas – *A previdente*, a *Humanitária Camões* e a *Humanitária Eduardo Coelho*⁴⁶.

Por outro lado, junto ao centro do poder político da capital, o Palácio de São Bento, existia outra área de grande concentração, com a localização de quinze agremiações de iniciativa operária entre a rua Poiais de S. Bento e a travessa do Oleiro. No número 70 da rua Poiais de S. Bento localizavam-se sete associações: quatro de cariz mutualista – a *Associação Fraternal Lisbonense*, a *Associação de Socorros Mútuos do Bairro Ocidental*, a *Associação de Socorros Mútuos «O Povo»*, a *Associação Humanitária «A Phenix»*⁴⁷; duas Associações de Classe – a dos torneiros mecânicos e a dos operários serralheiros⁴⁸; e a cooperativa de produção da *Associação dos Canteiros*⁴⁹. Na mesma rua, desta feita

⁴¹ *Estatutos da Associação de Classe dos Operários Sapateiros*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁴² *Estatutos da Associação de Classe dos Maleiros e Caixoteiros de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁴³ *Estatutos da Associação de Classe dos Operários da Companhia das Águas de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC); Caldeira, 1898.

⁴⁴ Caldeira, 1898.

⁴⁵ *Estatutos da Federação das Associações de Classe de Lisboa*, 1897.

⁴⁶ Caldeira, 1893; *Estatutos da Associação Humanitária Camões*, Lisboa, Typographia de Eduardo Roza, 1884.

⁴⁷ Caldeira, 1893; Caldeira, 1898.

⁴⁸ Caldeira, 1893; Caldeira, 1898; *Estatutos da Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos*.

⁴⁹ Caldeira, 1893; *Estatutos da Associação de Classe dos Operários Ferradores de Lisboa; Estatutos da Associação dos Canteiros. Sociedade Cooperativa de Produção de responsabilidade limitada*, Lisboa, Typographia Calçada de S. Francisco 13, 1909.

na porta 36, estavam as Associações de Classe dos calceteiros e cantoneiros e dos carpinteiros civis⁵⁰. Já a sede da *Confederação Metalúrgica*, na travessa do Oleiro 11, era também morada de algumas Associações de Classe do setor – dos forjadores e ajudantes, dos caldeiros em ferro e cobre, dos pregueiros mecânicos e ajudantes⁵¹. Portas a baixo, no número 15, ficava a *Associação Humanitária dos Operários Lisbonenses*⁵².

Esta confluência espacial da localização das sedes de agremiações operárias em determinados pontos da cidade diz bem da necessidade e objetivo estratégico de aproximação deste associativismo aos centros de poder, mas, também, da reunião de interesses entre várias instituições. Para além da agregação associativa em determinadas moradas numa perspectiva de otimização dos recursos, buscava-se também a organização concertada da ação do «povo operário. [...] [Para] concentrar as suas forças e adquirir preponderância [...] apertando no parlamento, no município, [...] na paróquia, toda a vitalidade da classe dominante; tolhendo-lhe o passo, erguendo-lhe dificuldades»⁵³.

Este modelo, em articulação com o pensamento de que «a associação e a imprensa são as grandes forças dos tempos modernos»⁵⁴, levava a que alguns destes espaços fossem também partilhados por jornais operários. Como o jornal *A Federação*, que partilhava morada com várias associações, já referidas, no número 50 da rua do Benfornoso⁵⁵. *O Echo Metalúrgico – órgão das associações de classe metalúrgicas de Lisboa e do povo operário em geral* – na travessa do Oleiro, na supracitada sede da *Confederação Metalúrgica*⁵⁶. Ou o órgão

⁵⁰ Caldeira, 1893; *Estatutos da Associação de Classe dos Calceteiros de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Commercial, 1903.

⁵¹ Caldeira, 1893; Caldeira, 1898; *Estatutos da Associação de Classe dos Pregueiros Mecânicos*.

⁵² Caldeira, 1893.

⁵³ *A Federação*, 18/04/1895, p.2.

⁵⁴ *A Voz do Trabalho*, 01/05/1896, p.1.

⁵⁵ Nesta mesma morada, rua do Benfornoso n.º 50, em 1911 foi fundado o Centro Escolar Republicano Almirante Reis que foi uma escola até 1990.

⁵⁶ Sabemos que nessa morada (travessa do Oleiro n.º11), no ano de 1899, também funcionava a “escola 1.º de Maio, fundada pela Confederação das Artes Metalúrgicas” (*A Obra*, 01/10/1899, p. 3).

dos carpinteiros civis, o jornal *A Obra*, que procurou a junção de esforços económicos e ideológicos entre a publicação, a sua Associação de Classe e a dos calceteiros e cantoneiros, todos sedeados no número 36 da rua Poiais de S. Bento.

Este entrançamento da ação entre as associações e a imprensa operária revela a importância dos jornais como órgãos de divulgação e formação política entre, pelo menos, algumas franjas do operariado lisboeta da última década do século XIX. Potenciando, mesmo que timidamente, o despontar de uma identidade de classe «do povo operário em geral»⁵⁷.

Vários fatores condicionavam a localização das sedes das Associações de Classe. Para além da já referida proximidade aos espaços de poder político e económico e/ou a outros polos associativos, numa estratégia de dar visibilidade à condição e reivindicações operárias no espaço social e economicamente heterogéneo que era a zona central da capital no final do século XIX, também a vizinhança com os espaços laborais dos sócios e/ou potenciais associados seria determinante. Estrategicamente, a implantação nas áreas com maior densidade de espaços de trabalho do operariado fabril facilitaria o alargamento da capacidade de mobilização e de recrutamento destas associações.

A análise espacial indica que a localização destas sedes se sobrepunha aos espaços urbanos com maior implantação de fábricas e oficinas com mais de cinco trabalhadores/as referidas pelo Inquérito Industrial de 1890⁵⁸. De facto, a aproximação espacial entre espaços de maior densidade de estabelecimentos industriais e a localização associativa de iniciativa operária parece indicar que a escolha da sua implantação faria parte de uma estratégia de mobilização, de afirmação e de visibilidade do operariado no espaço público. Às Associações de Classe interessava estarem presentes e bem visíveis no âmago do espaço urbano lisboeta e, assim, tornarem reconhecíveis e quotidianamente presentes as suas reivindicações.

⁵⁷ Frase incluída no subtítulo de alguns jornais operários da época. Por exemplo: *A Federação*, *O Echo Metalúrgico*, *O Proletário*.

⁵⁸ Alcântara, 2019.

4. «O 1.º DE MAIO NÃO É UMA REVOLUÇÃO, É UMA REVISTA DO EXÉRCITO OPERÁRIO. [...] AO CORTEJO! AO COMÍCIO! ÀS SESSÕES!»⁵⁹

As comemorações do dia internacional do trabalhador – autorizadas pelos organismos estatais e municipais – iniciadas no 1.º de Maio de 1890 e ocorridas ininterruptamente por toda a época em análise, mas também as greves – que mesmo «continua[ndo] a ser proibida[s], [aconteceram], e cada vez com maior frequência, até à sua legalização, em 1910»⁶⁰ – foram marcos fundamentais no caldo primordial da construção de uma identidade de grupo entre os/as trabalhadores/as fabris e oficinais lisboetas deste período.

Chegados a um de maio de 1890, acontece «a primeira festa internacional do trabalho [...] para reclamar uma legislação protectora do trabalho, tendo por fim, com o dia de oito horas por base essencial, garantir um minimum de salário, limitar o trabalho de menores e das mulheres, obter o descanso de um dia por semana.»⁶¹ Cumpria-se, assim, a resolução do Congresso Internacional Operário Socialista de Paris (1889) para que nesse dia se realizassem, por todo o mundo, grandes manifestações operárias a favor da redução da jornada de trabalho para as oito horas e por melhores condições laborais⁶².

Entre 1890 e 1900, todos os 1.º de Maio, foram «dia de luta [...] consagrado à revista das forças proletárias [...] que começa[va] por alvoradas e salvas de morteiros por sociedades recreativas e outras profissionais [...]. Às oito horas da manhã começa[vam] a formar na Avenida da Liberdade as associações de classe, de recreio, de instrução e diversas agrupações operárias, partindo d’ai [...] em direção ao mausoléu do grande apóstolo José Fontana. [À tarde tinha] lugar a

⁵⁹ *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896, p.1.

⁶⁰ Manuel Villaverde Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, (Lisboa: Editorial Presença, 1977), 76.

⁶¹ *A República Social*, 01/05/1890, p.1.

⁶² Com esta comemoração e manifestações o Congresso Internacional Operário Socialista de Paris (1889) pretendia lembrar a Revolta de Haymarket, que aconteceu no dia 4 de maio em 1886 na cidade de Chicago (EUA) e homenagear os «mártires de Chicago» e a sua luta por melhores condições de trabalho.

reunião do grande comício onde [eram] formuladas as [...] reclamações de protecção operária. À noite [...] sessões solenes, recitas e outras manifestações de regozijo [...] em honra do proletariado internacional»⁶³ tinham lugar em várias associações.

O cortejo era encarado como uma parada das «forças operárias» e um exercício de homogeneização das reivindicações e da identidade operária a partir dos manifestos amplamente distribuídos neste dia e dos discursos feitos tanto no Cemitério dos Prazeres como no comício, da tarde, propriamente dito.

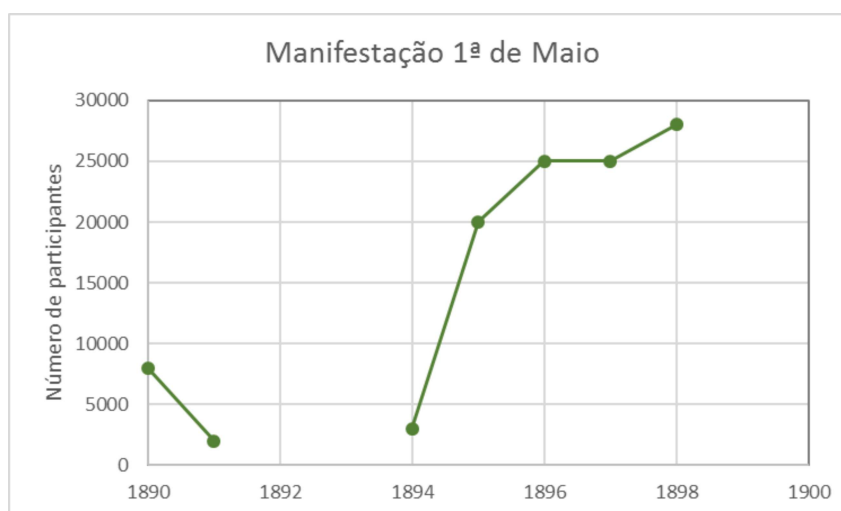


Gráfico 1. Total de participantes no cortejo do 1.º de Maio ente 1890 e 1900
(Alcântara, 2019).

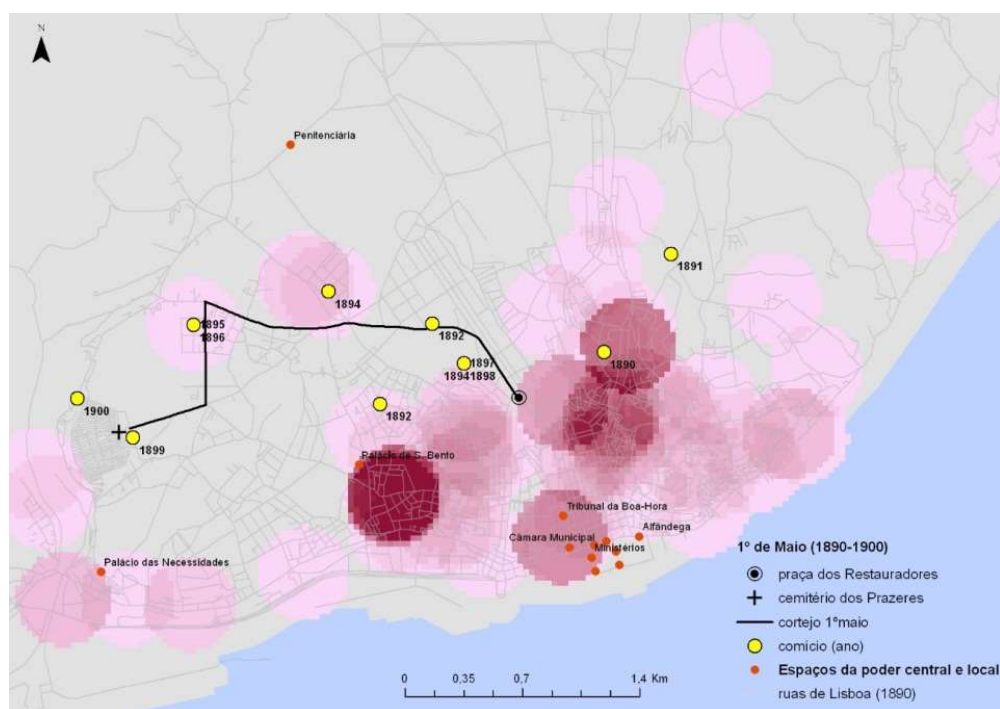
A crescente popularidade desta manifestação foi transmitida pela imprensa da época, através das estatísticas «redondas»⁶⁴ dos «milhares de pessoas que foram ali à Avenida»⁶⁵ que jornais operários e generalistas divulgavam nos dias seguintes ao acontecimento. Apesar

⁶³ *A Obra*, 01/05/1897, p.3.

⁶⁴ Não foram encontrados registos de estimativas quanto à assistência aos comícios dos anos de 1892, 1893, 1899 e 1900.

⁶⁵ *Correio da Manhã*, 02/05/1895, p.3.

das notícias apontarem para um inicial decréscimo na participação popular, com o número de pessoas no cortejo a ter descido de oito mil para dois mil entre o de 1890 e o de 1891, a partir de 1894, a participação teve um crescimento «imponente pela concorrência»⁶⁶ cada vez maior que a imprensa dá notícia, como se constata no gráfico 1. Para os dois anos finais do período analisado – 1899 e 1900 – não se apresentaram estimativas dos manifestantes, mas apesar disso, temos notícia de que em 1899, «em todo o percurso o povo [, que assistia, era] imenso, fazendo alas compactas»⁶⁷. Em 1900, «o cortejo [...] não teve a imponência dos anos anteriores, em virtude de muitas das agremiações se terem absterido de n'elle tomar parte por considera-lo uma manifestação platónica»⁶⁸, indiciando uma tendência semelhante à verificada no total de «corporações operárias»⁶⁹ aderentes, com o decréscimo da adesão no ano final de Oitocentos⁷⁰.



⁶⁶ *Correio da Manhã*, 02/05/1895, p.4

⁶⁷ *A Vanguarda*, 02/05/1899, p.2.

⁶⁸ *A Vanguarda*, 02/05/1900, p.3.

⁶⁹ *A Vanguarda*, 01/05/1893, p.2.

⁷⁰ Alcântara, 2019.

Figura 2. Comemorações do 1.º de Maio entre 1890 e 1900. Percurso do cortejo, localização dos comícios, dos principais espaços de poder central e local e manchas de densidade de sedes de associações de iniciativa operária (1890 e 1900) (Alcântara, 2019).

A representação cartográfica, na figura 2, do percurso realizado no desfile das «forças do exército proletário»⁷¹ entre 1890 e 1900, entre a praça dos Restauradores e o túmulo de José Fontana no Cemitério dos Prazeres, e dos locais dos comícios da tarde ocorridos em de cada ano, procura definir a espacialidade urbana que o 1.º de Maio procurou reclamar para as «classes laboriosas» lisboetas.

A explicação do ponto de origem do trajeto residiria, certamente, na pretensão de mostrar em parada «quem se preza[va] de ser operário; [...] [quem] deixa[va] a oficina, a fábrica [...] e toma[va] parte na manifestação»⁷² no novo centro emblemático da cidade, a avenida da Liberdade. Procurando que a espetacularidade de um desfile bem ordenado, cimentasse a consciência grupal e mobilizasse grupos de operários e de outras camadas populares que a ele assistiam. Tendo como ponto de partida – e local de concentração e ordenação das agremiações participantes e respetivos dos carros alegóricos que «d’ahi tomavam escalonadamente [o seu] logar»⁷³ – a praça dos Restauradores, espaço amplo por onde se iniciava a subida da avenida da Liberdade.

Numa perspetiva puramente organizativa, a escolha do ponto de partida – uma praça ampla – facilitava o estabelecimento da «ordem do cortejo [...] [que] a comissão executiva determina[va]»⁷⁴, com a definição do local preciso onde deveria estar integrada cada associação, banda filarmónica, grémio ou jornal. Por outro lado, como «cada associação poder[ia] levar: corôas, flôres, emblemas alegóricos [...], assim como uma carreta composta de alegorias do trabalho [...]; havendo ainda mais outra ou outras carretas para flores e coroas»⁷⁵, esta escolha foi, certamente, também determinada pela necessidade logística

⁷¹ *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896, p.1.

⁷² *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896, p.3.

⁷³ Abel Botelho, *Amanhã* (Porto: Lello & Irmãos editores, 1901), 532.

⁷⁴ *A Obra*, 28/04/1895.

⁷⁵ *A Obra*, 28/04/1895, p.3.

de proximidade com sedes das Associações de Classe. De facto, a equidistância da praça dos Restauradores em relação aos polos de maior concentração de associações de iniciativa operária (figura 2) – calçada de S. Francisco; eixo Rossio/avenida Dona Amélia; eixo rua Poiais de S. Bento/travessa do Oleiro – terá também sido relevante na opção por esta praça.

O itinerário do cortejo – com início na praça dos Restauradores, subindo a avenida da Liberdade, seguindo pela rua do Salitre, passando pelo largo do Rato, rua do Sol ao Rato, rua do Campo de Ourique, rua Ferreira Borges, rua Saraiva de Carvalho e, finalmente, Cemitério dos Prazeres – ao evitar a passagem junto ao Parlamento, ministérios, Câmara Municipal ou em frente a quartéis e esquadras da polícia, mostra que se pretendia uma «manifestação pacífica, plácida, mas firme e reveladora»⁷⁶. Assim, ao mesmo tempo que, pela afirmação dos operários como atores na centralidade urbana, se fundamentava o desenvolvimento de uma identidade de classe, evitava-se uma confrontação direta com os poderes político e policiais. Por outro lado, ao desenrolar-se por ruas largas permitia abarcar e dar visibilidade aos membros das agremiações, às carretas e carros alegóricos e, fundamentalmente às mensagens escritas e simbólicas que esta ritualização anual albergava.

O cortejo culminava na homenagem e elogio fúnebre a José Fontana. No Cemitério dos Prazeres, junto ao mausoléu erigido «a José Fontana, que faleceu em 1876, [por] associação dos trabalhadores por subscrição pública em 1884»⁷⁷, depositavam-se flores e coroas de louros e faziam-se discursos onde os oradores apelavam à «união, solidariedade, coragem e firmeza às hostes proletárias»⁷⁸ procurando criar afinidades coletivas fundamentais para a mobilização de «enérgicas lutas pela causa do operariado»⁷⁹.

No cultivar de uma memória autónoma e no consolidar de um ideário associativista operário, estarão entre as justificações por detrás

⁷⁶ *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896, p.2.

⁷⁷ Mensagem gravada no mausoléu a José Fontana, sito no cemitério dos Prazeres, Rua 14, Jazigo n.º 3015.

⁷⁸ *A Federação*, 05/05/1895, p.2.

⁷⁹ *A Federação*, 30/04/1899, p.1.

da escolha do percurso da manifestação/romaria entre a praça dos Restauradores e o Cemitério dos Prazeres. De facto, a mobilização operária para este momento ritual dos «discursos, [com que] finda[va] a manifestação oficial no cemitério»⁸⁰, seria potenciada pela passagem do cortejo pelas áreas urbanas com maior densidade de moradores⁸¹ das «classes laboriosas» que se pode ver representada na figura 3.

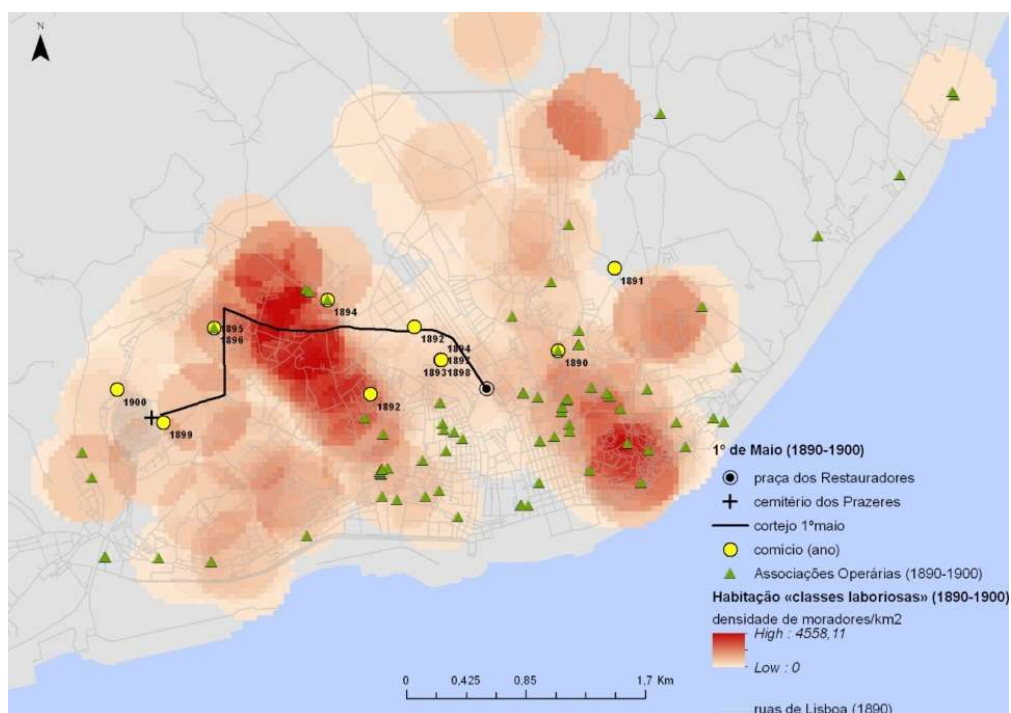


Figura 3. Comemorações do 1.º de Maio entre 1890 e 1900 – percurso do cortejo, localização dos comícios – e localização das sedes das associações operárias sobrepostos à densidade de moradores/km2 em núcleos de habitação das «classes laboriosas» (1890-1900) (Alcântara, 2019).

⁸⁰ *A Federação*, 28/04/1895, p.3.

⁸¹ Para cartografar a densidade dos moradores em núcleos de habitação das «classes laboriosas» optou-se por calcular a densidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo cada ponto valorizado conforme o número total de habitantes em cada núcleo (agregado de habitações – «pátio», «vila» ou «bairros») referenciado nas fontes. Assim, na figura 3, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam moradas de maior número de pessoas.

Na realidade, as manifestações de 1.º de Maio durante a última década de Oitocentos cruzaram a faixa urbana entre a rua das Amoreiras, rua São João dos Bencasados (atual rua Silva Carvalho), rua do Sol ao Rato e a rua de S. Bento. Esta justaposição territorial entre a «festa universal dos operários»⁸² e as habitações das «classes laboriosas» lisboetas⁸³ terá contribuído para a adesão ao cortejo de que a imprensa coeva dá notícia.

Embora, como já referido, o cortejo tenha percorrido o mesmo trajeto ao longo da última década de Oitocentos, os locais de realização dos comícios das tardes de 1.º de Maio variavam a cada ano — representados nas figuras 2 e 3 por círculos a amarelo, com indicação do ano e conforme as localizações referenciadas pela imprensa.

Apesar de a «comissão que trata do 1.º de Maio [ter reiterado, ao longo dos anos, que] que o comício, a manifestação [...] e as sessões solenes [...] não e[ram] iniciativa de qualquer parcialidade política, mas sim o cumprimento do aprovado no Congresso das Associações de Classe»⁸⁴, as divergências políticas no seio do movimento operário foram crescendo. Nomeadamente, na forma como era encarado o propósito subjacente ao 1.º de Maio e os «discursos comedidos e moderados»⁸⁵ proferidos pelos oradores de feição socialista. Estas discordâncias levaram, ao contrário do acontecido na realização do cortejo, a divisões precoces na realização dos comícios. A convicção dos dirigentes anarquistas de que «fazer do 1.º de Maio mais uma festa no calendário operário [...] [era] um escarneo da situação dos trabalhadores»⁸⁶ implicou que, logo desde 1892, algumas associações não aderissem ao comício organizado pela comissão saída do Congresso das Associações de Classe, abrindo o leque à diversificação das realizações políticas que aconteciam depois do cortejo de «protesto contra a organização actual.»⁸⁷ Nalguns anos realizou-se mais de um

⁸² *A Federação*, 23/04/1899, p.1

⁸³ Alcântara, 2019

⁸⁴ *O 1.º de Maio. Folha operária*, 01/05/1891, p.1.

⁸⁵ *A República Social*, 11/05/1890, p.2.

⁸⁶ Excertos de Manifesto Anarquista publicado em: *A Vanguarda*, 01/05/1893, p.2.

⁸⁷ *A Vanguarda*, 02/05/1899, p.1.

comício,⁸⁸ algumas associações optavam por «effectuar, nas respectivas sedes, sessões solennes de protesto contra o capitalismo»⁸⁹ e havia, ainda, «grupos de operários da mesma profissão, ou da mesma fábrica, cuja preferência recaía no passeio campestre, no piquenique ou num almoço de confraternização»⁹⁰.

O Governo Civil e a Câmara Municipal de Lisboa impunham que os comícios não acontecessem em espaço público, estando a sua realização e os locais escolhidos condicionados à aprovação por estes organismos. O que ditava que teriam de ter lugar em espaços ou terrenos privados, murados e alugados ou cedidos especificamente para esse fim. Assim, ao longo deste período os comícios de 1.º de Maio tiveram lugar em sedes de associações ou em terrenos que se destinavam a construção, mas cujas obras não tinham começado.

A espacialidade da realização dos comícios ao longo deste período revela uma aproximação à área mais ocidental da cidade e, conseqüentemente, um progressivo afastamento das sedes das associações operárias, tendencialmente localizadas mais próximas da centralidade urbana. E, simultaneamente, uma tendência para o progressivo abeiramento da parte final do trajeto do cortejo. Aliás, toda a espacialidade dos acontecimentos do dia sugere que, também, no caso concreto dos comícios, o propósito organizativo seria fomentar a identidade de classe através da divulgação dos discursos proferidos pelos oradores. Deste modo, pode-se afirmar que a «festa do trabalho»⁹¹ funcionou como um mecanismo de «educação operária». Um momento anual em que, através de uma certa ritualização reivindicativa, se procurava potenciar uma consciência e união de grupo.

⁸⁸ As fontes somente para os anos de 1892 e 1894 permitiram a identificação dos locais onde decorreram os vários comícios realizados. Para os restantes anos só estão representados, nas figuras 2 e 3, um comício em cada ano.

⁸⁹ *A Vanguarda*, 02/05/1900, p.2.

⁹⁰ Carlos da Fonseca, *O 1º de Maio em Portugal. 1890-1990. Crónica de um século* (Lisboa: Edições Antígona, 1990), 44.

⁹¹ *A Federação*, 01/05/1894, p.1.

5. «AS GREVES SÃO UM FENÓMENO NATURAL HOJE EM DIA,
TÃO NATURAL COMO O EMPREGO DA MACHINA E O
IMPULSO DO VAPOR NA INDUSTRIA!»⁹²

Para caracterizar as formas de utilização do espaço urbano, no contexto específico da intervenção das associações de iniciativa operária, urge analisar também ocasiões de reivindicação não ritualizadas, como as greves, na sua maioria organizadas ou apoiadas por Associações de Classe⁹³.

Este levantamento resultou no inventário de sessenta e nove greves – algumas delas associadas a comícios e sessões «bastante concorridas [...] de entrada pública»⁹⁴ – em Lisboa entre 1890 e 1900.⁹⁵ A, por vezes, limitada descrição oferecida da localização exata das greves conduziu a que seis delas não fossem passíveis de ser cartografadas⁹⁶ na figura 4. Ainda assim, a análise espacial destes momentos não ritualizados de iniciativa operária permite traçar tendências espaciais da reivindicação operária neste período.

⁹² *O Protesto Operário*, 18/10/1891, p.2.

⁹³ As fontes permitiram confirmar a intervenção direta de instituições associativas operárias em 56,5% das greves inventariadas. Ou seja, das 39 das 69 greves listadas foram, com certeza, organizadas ou apoiadas por Associações de Classe (Alcântara, 2019).

⁹⁴ *A Federação*, 06/05/1894, p. 3.

⁹⁵ Alcântara, 2019.

⁹⁶ Foram cartografadas, como pode ser observado na figura 4, 63 greves que aconteceram em Lisboa entre 1890 e 1900.

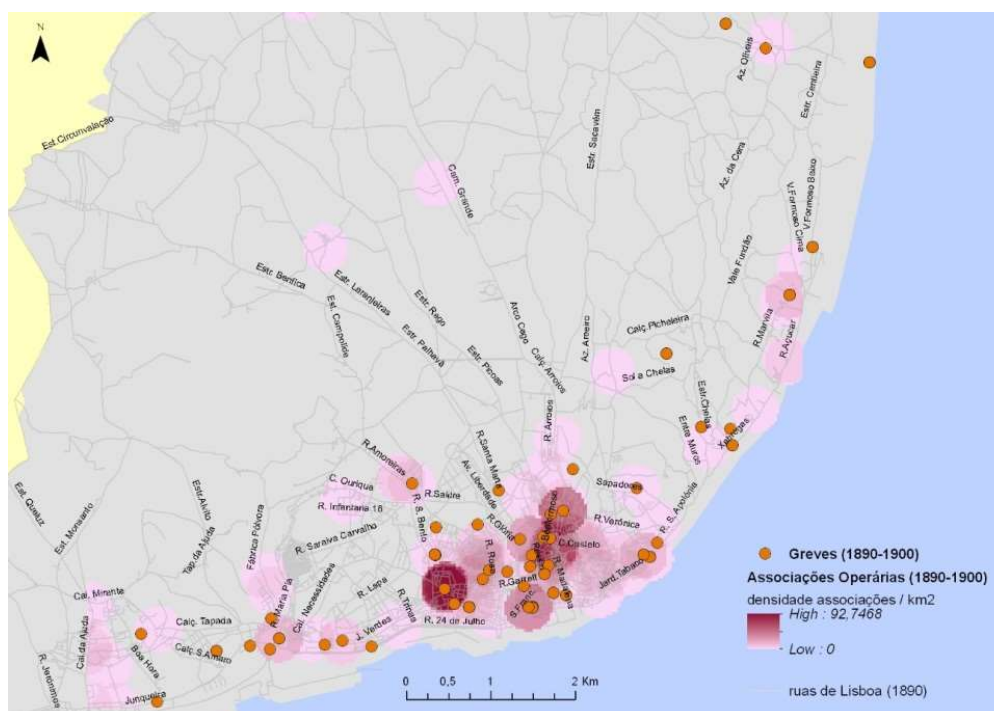


Figura 4. Localização das greves (1890-1900) e densidade de associações de iniciativa operária/km² (1890-1900) (Alcântara, 2019).

A espacialização das greves ao longo da década final do século XIX revela uma ocupação de todo o espaço da Lisboa industrial desta época, como se pode ver na figura 4. No entanto, quase metade das paralisações grevistas cartografadas tiveram lugar na zona central. Os restantes 27,5% e 19% de greves que aconteceram, respetivamente, nas zonas oriental e ocidental revelam que também aqui se vivenciou «a intensificação e a radicalização do conflito entre operários e patrões»⁹⁷ que estes acontecimentos evidenciam.

A desproporção entre as ações grevistas nas fábricas e oficinas das diferentes zonas industriais/operárias adveio também, certamente, de fatores diferenciadores desses espaços urbanos, sociais e simbólicos — com as suas características próprias relativamente à distribuição e

⁹⁷ Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na alvorada do século XX. Forças, sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914* (Lisboa: Editorial Presença 1988), 279.

especialização setorial dos estabelecimentos fabris e oficinais, à localização e densidade de habitações das «classes laboriosas»⁹⁸.

A confluência espacial entre a frequência de greves e a maior densidade de associações operárias, que se pode observar na figura 4, – relacionadas também, como já dito, com uma maior proximidade aos jornais operários e/ou de classe e de «escolas operárias»⁹⁹ – não seria, portanto, um acaso. Exprime a importância que a proximidade das sedes das instituições associativas de iniciativa operária tinha no desenrolar das greves nos últimos dez anos do século XIX, não só em termos da organização logística que as Associações de Classe desenvolviam no decorrer da maioria dos acontecimentos grevistas, mas, também, através da divulgação de um pensamento político-reivindicativo e da prestação de apoios para enfrentar as carências decorrentes de um ou mais dias sem trabalho.

6. «É EM TORNO DA ASSOCIAÇÃO E DA GREVE QUE GRAVITA O PRÓPRIO MOVIMENTO OPERÁRIO.»¹⁰⁰

Durante a última década de Oitocentos as Associações de Classe operárias usaram a rua como o seu principal «palco de intervenção» e viram no 1.º de Maio um momento ritual de divulgação política e potenciador de uma consciência e união de classe.

Sendo o centro de Lisboa o principal lugar de implantação das suas sedes, assim como, da sua atuação e afirmação públicas. O espaço público central da cidade era o mais importante espaço de reivindicação e de procura de visibilidade para as «classes laboriosas». Um espaço aglutinador de grande parte da vida associativa e reivindicativa operária, nomeadamente, através da concentração das sedes das associações de iniciativa operária, das comemorações do 1.º de Maio e do desenvolvimento das ações grevistas. Simultaneamente, os comícios foram-se aproximando das áreas com crescentes comunidades operárias, procurando a dispersão de um discurso político e simbólico.

⁹⁸ Alcântara, 2019.

⁹⁹ *A Obra*, 01/10/1899, p.3.

¹⁰⁰ J. de Oliveira Simões, “Contribuição para o estudo das casas para Operários”, *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 66, Lisboa, IN, (1912): 35.

Revela-se, assim, uma dicotomia de espaços sociais e de discursos simbólicos. Na zona central procurava-se dar visibilidade às «classes laboriosas» lisboetas. Era espaço de reivindicação, onde a instalação da maioria das sedes das Associações de Classe, os cortejos do 1.º de Maio e a ocorrência de maioria das greves mostravam, através da ocupação do espaço público e da mobilização operária, a força de «quem [tem] honra na blusa que veste.»¹⁰¹ Por outro lado, nas zonas ocidental e oriental, crescia a «nova cidade operária» onde a mensagem emancipatória do operariado, difundida nos comícios do 1.º de Maio, parece ter ecoado numa crescente adesão ao movimento grevista à medida que o século chegava ao fim.

¹⁰¹ *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896, p.1

